

RESOLUÇÕES DO CONGRESSO DA AE

BRASÍLIA, JULHO DE 2011

Vol. 1 - NOSSOS DESAFIOS

Vol. 2 - CONJUNTURA, TÁTICA E ESTRATÉGIA

Vol. 3 - AE: HISTÓRIA E FUNCIONAMENTO



EDITORA

Página 13

RESOLUÇÕES DO CONGRESSO DA AE

AE: HISTÓRIA E FUNCIONAMENTO

Versão editada das resoluções aprovadas em julho de 2011, pelo Congresso Nacional da Articulação de Esquerda, tendência do Partido dos Trabalhadores. A íntegra das resoluções está disponível no www.pagina13.org.br

Página  13

BRASÍLIA, JULHO DE 2011

Coordenação editorial

Valter Pomar

Revisão

Lício Lobo, Renam Brandão e Rosana Ramos

Capa e diagramação

Cláudio Gonzalez

DIREÇÃO NACIONAL DA AE

Adilson Nascimento dos Santos (MS), Adriana Miranda (DF), Adriano Oliveira (RS), Ana Affonso (RS), Ana Lúcia (SE), Ana Rita (ES), Beto Aguiar (RS), Bruno Elias (DF), Carita Rosa das Chagas (PA), Damarci Olivi (MS), Denize Silva de Oliveira (MS), Denise Cerqueira Vieira (TO), Dionilso Marcon (RS), Edma Walker (SP), Eduardo Loureiro (GO), Emílio Font (ES), Expedito Solaney (PE), Fabiana Malheiros (ES), Fabiana Rocha (ES), 20. José Gilderlei (RN), Iole Iliada (SP), Iriny Lopes (ES), Isaias Dias (SP), Jandyra Uehara (SP), Janeth Anne de Almeida (SC), Jairo Rocha (MT), Joel Almeida (SE), Laudicéia Schuaba (ES), Leyse Souza Cruz (ES), Lício Lobo (SP), Lúcia [Maria Barroso Vieira] (SE), Marcel Frison (RS), Marcelo Mascarenha (PI), Mario Candido (PR), Múcio Magalhães (PE), Olavo Carneiro (RJ), Pere Petit (PA), Raquel de Oliveira (PE), Rosana Ramos (DF), Rafael Pops (DF), Regiane Cerminaro (SP), Rubens Alves (MS), Sílvia de Lemos Vasques (RS), Sonia Hypólito (DF), Valter Pomar (SP).

Editora

Página 13

1ª edição: setembro de 2011

A integra das resoluções está disponível no endereço eletrônico: www.pagina13.org.br

ÍNDICE

- 7** A Experiência histórica
- 12** Regimento interno da Articulação de Esquerda
 - 15** Organismos eleitos
 - 16** Escola de Quadros
 - 18** Página 13
 - 20** Organização
 - 21** Finanças
- 23** A trajetória da AE
 - 25** O primeiro momento: 1993-1995
 - 1990 até 1993
 - 1993-1995
 - 1995
 - 28** O segundo momento: 1995-2005
 - 32** O terceiro momento: 2005-2007
 - 33** O momento atual: 2007-2011
 - 38** Uma síntese



A experiência histórica, nacional e internacional, tem demonstrado que partidos continuam sendo instrumentos insubstituíveis na luta política de qualquer tipo. Os movimentos sociais só obtiveram sucessos em sua luta, em especial contra o capitalismo, quando contaram com a orientação e participação de partidos enraizados entre as grandes massas do povo. E o povo brasileiro só começou a vislumbrar uma saída para sua situação a partir do momento que passou a contar com um partido como o PT.

Por outro lado, no caso específico de partidos de esquerda que conquistaram governos através da via eleitoral, como é o caso do Brasil, onde a oposição de direita continua forte e conta com grandes meios de comunicação de massa para influenciar a população, a mobilização do apoio das camadas populares aos avanços do governo democrático e popular só será possível se o PT e demais partidos de esquerda souberem combinar sua participação no governo, no parlamento e em outras instituições públicas, com um intenso trabalho de informação, discussão, organização e mobilização em sua base social.

O Partido dos Trabalhadores, durante seus mais de 30 anos de existência, transformou-se na alternativa eleitoral preferida pela maioria das classes trabalhadoras, por setores significativos das classes médias e por uma certa parcela da própria burguesia brasileira. Ele é a opção preferencial de

parcela importante das lideranças sindicais, urbanas e rurais, com grande influência entre as mulheres, a juventude e demais movimentos sociais. Para manter esse potencial acumulado e ampliá-lo, o PT terá que levar seriamente em conta os desafios apontados acima e preparar-se para uma futura mudança de qualidade em sua situação.

Vendo em perspectiva, o PT deve transformar-se, de principal partido no governo em principal partido no poder, e de estimulador da melhoria das condições de vida do povo nos marcos do capitalismo, em promotor da elevação do padrão de vida do povo nos marcos de uma transição socialista. O que vai exigir de si um esforço mais efetivo de análise do processo de desenvolvimento capitalista no Brasil e de formação e transformação histórica das classes sociais e da luta entre elas. E de re-elaboração e discussão do programa estratégico para o Brasil, incluindo a questão do poder, do papel das diferentes formas de luta que a burguesia pode impor ao povo brasileiro e dos diferentes instrumentos organizativos das classes trabalhadoras.

Para preparar-se e tornar-se efetivamente capaz de se tornar a força política hegemônica da sociedade brasileira e conquistar a direção do poder político como um todo, o PT precisa de uma clara hegemonia interna, em torno do programa e da estratégia democrático-popular e socialista, reiterando seu caráter de classe, de massas, de luta e internamente democrático.

Embora aberto à participação de correntes social-democratas e social-liberais, o PT deve travar uma luta constante para que elas evoluam para posições democrático-po-

pulares e socialistas. Embora praticando táticas eleitorais de alianças com diversos setores sociais e políticos, para o enfrentamento contra partidos e representantes da direita, o PT precisa combater as tendências de petistas que procuram utilizar os mesmos métodos e hábitos burgueses de alguns desses aliados.

O PT também precisa reiterar incansavelmente seu caráter de classe, a necessidade de manter uma relação estreita com os movimentos e lutas sociais, e jamais abandonar ou distorcer seus mecanismos de democracia interna. Esses valores intrínsecos ao PT são fundamentais para sua sobrevivência, seja frente às correntes de ultra-esquerda, que tentam liquidá-lo a pretexto de que o partido abandonou seus ideais revolucionários, seja frente aos constantes ataques da direita, que procuram liquidá-lo porque tem clareza de que o PT é o principal instrumento que as classes trabalhadoras têm disponível hoje, para a conquista do poder e para a mudança das relações sociais.

Finalmente, para fazer frente a suas tarefas históricas, o PT não deve temer fazer autocrítica de seus erros publicamente, nem vacilar em punir exemplarmente aqueles dirigentes e militantes que fizeram uso de métodos burgueses de atuação e, com isso, abriram flancos aos ataques inimigos, causaram prejuízo ao partido e colocaram sua sobrevivência em risco. Seu processo de construção exige uma constante correção de rumos, através da reafirmação de sua estratégia, da atualização das políticas e táticas, e do aprofundamento da democracia interna, tendo em vista preservar o partido dos métodos, hábitos e costumes que ameaçam destruí-lo ou deformá-lo totalmente.

Em vista de tudo isso, o PT deve redobrar sua capacidade de formulação política, atualizando sua análise de classes da sociedade brasileira, com atenção especial aos deslocamentos ocorridos no interior da classe trabalhadora, a partir da elevação dos padrões de consumo de milhões de pessoas, nos últimos anos. Deve, ainda, ampliar sua presença institucional e social e revigorar sua vida partidária, com atenção primordial a suas bases organizativas. E superar a prolongada subestimação da formação política de dirigentes e militantes, utilizando tal formação inclusive como primeiro passo para o ingresso no partido e a ocupação de cargos de direção.

O PT deve, também, ampliar sua comunicação de massas. Para construir a hegemonia das idéias democráticas, populares e socialistas, necessitamos de um triplo movimento. Por um lado, democratizar a comunicação social. Por outro lado, ampliar a rede de meios de comunicação (televisões, rádios, internet e imprensa) dirigidos pelo campo democrático-popular. Finalmente, construir os instrumentos do próprio Partido, com destaque para um jornal diário de massas.

Esta é a conduta geral que adotamos na disputa de rumos do Partido dos Trabalhadores: continuamos trabalhando para que ele assuma um papel de vanguarda, não apenas na luta pelo governo, mas também na luta pelo poder; não apenas na luta pelo desenvolvimento, mas também na luta por reformas estruturais e pelo socialismo.

Sabemos, contudo, que travamos esta disputa em condições muito mais difíceis hoje, do que em 1993. Em parte

por erros e insuficiências de nossa parte; em parte por erros e insuficiências de outras tendências da antiga esquerda petista; em parte devido a atitudes de outros setores do PT; em parte devido às circunstâncias em que atuamos; a verdade é que se torna cada vez mais difícil, para a esquerda petista, ganhar hegemonia no interior do Partido.

Isto gera, em alguns setores da esquerda petista, três atitudes que nos parecem totalmente condenáveis. A primeira delas é capitular ao *modus operandi* dos setores de centro e direita do Partido. A segunda delas é desistir do Partido dos Trabalhadores. A terceira delas é assumir uma atitude de seita, substituindo a disputa política pela reafirmação de posições minoritárias, que não pretendem nunca se tornar majoritárias.

A Articulação de Esquerda recusa estas três condutas. Continuamos na disputa do PT, não abrimos mão de nossas posições programáticas e estratégicas, mantemos a flexibilidade tática indispensável para manter posições e acumular forças. Mas para que isto seja possível, é necessário maior criatividade e consistência ideológica e teórica; maior capacidade de elaboração política; maior força social, especialmente junto as classes trabalhadoras; mais disciplina e centralismo militante por parte da nossa tendência.

Com base nas resoluções deste Congresso, a nova direção nacional da AE proporá, aos militantes e tendências que formaram conosco a chapa Esquerda Socialista, a realização de um Congresso Nacional da Esquerda Socialista do PT, com o objetivo de dar o máximo de visibilidade, coesão

política e organicidade para o petismo socialista e revolucionário.

Regimento interno da Articulação de Esquerda

A Articulação de Esquerda (AE) é uma tendência interna do Partido dos Trabalhadores.

Existe para a defesa de um PT de luta, de massa, democrático, socialista e revolucionário. Nossas posições políticas e programáticas estão expostas nas resoluções dos seminários e conferências que realizamos desde 1993, bem como na resolução do Primeiro Congresso da AE.

Nosso objetivo estratégico é que o PT volte a ser um partido hegemônico por posições democráticas, revolucionárias e socialistas.

A Articulação de Esquerda é constituída por militantes do PT, que contribuem financeiramente com a AE, que integram alguma de suas instâncias, que participam da formulação e acatam a política definida pela tendência.

Consideramos fundamental que todos/as os/as integrantes da AE conheçam e dominem os fundamentos ideológicos e teóricos do petismo, do socialismo e do marxismo.

Não somos e não pretendemos ser, entretanto, uma tendência composta por afinidade doutrinária.

Somos e queremos continuar sendo uma tendência composta por afinidade política, ou seja, por pessoas que con-

cordam com as resoluções políticas aprovadas por nossas instâncias deliberativas, mesmo que não obrigatoriamente concordem com as premissas teóricas e ideológicas que fundamentam tais resoluções.

Consideramos fundamental que nossa tendência seja composta por uma maioria de militantes que não estejam profissionalizados na atividade política; e por uma maioria de militantes que estejam vinculados à produção (trabalhadores).

Não nos move, neste sentido, nenhum tipo de preconceito contra os profissionalizados, nem tampouco nenhuma concepção “obreirista”. Mas consideramos que a composição social tem um peso importante nos rumos de uma corrente política, qualquer que seja. Devemos, pois, evitar a burocratização auto-centrada, bem como o descolamento esquerdista. É importante, nesta mesma direção, estimular a juventude da tendência a completar sua formação e iniciar uma vida profissional.

Sendo a AE uma tendência interna do PT, consideramos ainda fundamental que nossa militância tenha uma vida partidária orgânica. É imprescindível, portanto, que nossos militantes participem o mais ativamente possível dos organismos do Partido dos Trabalhadores (núcleos, diretórios, setoriais etc).

O militante petista que quiser ingressar na AE deve formalizar esta intenção junto a uma instância da tendência. Cabe à esta instância aprovar ou não, em reunião convocada para este fim, o ingresso de cada militante. A decisão da

instância deve ser comunicada a toda a tendência, cabendo recurso da decisão às instâncias superiores.

Só podem votar e ser votados nos processos deliberativos internos, em todos os níveis, os militantes da AE que estejam em dia com sua contribuição financeira e que tenham um ano de militância na tendência.

A tendência possui os seguintes níveis de decisão e de direção em âmbito nacional, estadual e municipal: Congresso, Conferência, Plenária, Direção, Secretariado e Comissão de Ética.

Os Congressos da AE são convocados pela direção nacional da tendência, no máximo de três em três anos, para debater questões programáticas e estratégicas.

As Conferências da AE são convocadas pela direção nacional da tendência, no máximo de dois em dois anos, para debater questões táticas, políticas setoriais e organizativas.

As direções estaduais e municipais podem convocar conferências em seu respectivo âmbito de atuação.

Os Congressos e as Conferências são integrados por delegados/as eleitos/as nos níveis inferiores, na proporção determinada na respectiva convocatória.

A direção nacional pode convocar, a qualquer momento, conferências para debater políticas setoriais.

A conferência setorial é composta por delegados/as elei-

tos/as nos níveis inferiores, na proporção determinada na respectiva convocatória. Além de definir a política setorial, elege a coordenação setorial.

As direções da tendência, em qualquer nível, podem convocar plenárias de militantes. As deliberações de uma plenária têm caráter consultivo e precisam ser homologadas pela respectiva direção.

Os congressos, conferências e plenárias da AE são abertas à assistência da militância petista.

Organismos eleitos

A direção, o secretariado, a comissão de ética e a coordenação setorial são eleitos pela conferência ou pelo congresso convocados com este fim.

Compete aos congressos ou às conferências, em qualquer nível, eleger uma Comissão de Ética, com a atribuição de receber reclamações e denúncias, investigar acusações e propor medidas relativas aos casos de infração à ética dos militantes da AE.

A Comissão de Ética será composta por três militantes, eleitos pelo voto secreto dos delegados. As direções da tendência, em todos os níveis, só apreciarão casos de infração à ética com base em parecer prévio das respectivas comissões de ética.

Ao convocar uma determinada conferência setorial, a direção nacional da AE deve estabelecer os critérios de eleição

da respectiva coordenação setorial. O que existe, portanto, são setoriais da tendência e não tendências autônomas que atuam num determinado movimento.

A direção e o secretariado são eleitos, em cada nível, pelos/as respectivos/as delegados/as, através de voto secreto. Caso não exista acordo na composição de uma lista única, a votação pode ser individual ou por chapas. Em caso de disputa de chapas, não haverá proporcionalidade.

A paridade de gênero é adotada, desde agosto de 2011, na Direção Nacional da AE. A paridade de gênero nas direções estaduais e municipais deve ser adotada até, no máximo em 2013, quando forem eleitas as novas direções (no curso do 2º Congresso Nacional da AE ou da XIII Conferência Nacional da AE).

As direções da AE devem reunir-se bimestralmente, para debater a situação política e deliberar sobre nossa atuação no partido; nos movimentos sociais; nos governos; nos parlamentos; nos processos eleitorais e institucionais.

O secretariado deve reunir-se mensalmente, para implementar as decisões da Direção e demais instâncias, tendo como tarefas permanentes a Escola, o Página 13, organização e finanças; a coordenação da frente de massas e a coordenação da frente institucional; a supervisão de nossa atuação no Partido.

Escola de Quadros

A construção de uma cultura socialista de massas é um

componente importante de nossa estratégia. Para tal, é preciso travar uma luta teórica e ideológica contra muitas idéias atualmente hegemônicas na sociedade e inclusive na esquerda brasileira.

A luta teórica passa por compreender as tendências do capitalismo atual, no mundo, no continente e no Brasil; passa por um balanço da luta e das tentativas de construção do socialismo no século XX; e passa, finalmente, pela elaboração de uma estratégia de luta pelo socialismo, no século XXI.

A luta ideológica passa por difundir esta compreensão teórica, através da análise crítica e da orientação política concreta frente a cada episódio da luta de classes.

Tanto a luta teórica, quanto a luta ideológica, possuem uma dimensão individual: o militante que estuda e que defende os pontos de vista do socialismo. Mas precisam assumir uma dimensão coletiva: quando estes pontos de vista se materializam no trabalho de uma organização político-partidária.

A Escola de Quadros visa estimular a produção teórica e fornecer formação política para nossa militância. Esta escola organizará um conjunto de seminários e oferecerá um conjunto de cursos. Ademais, dará apoio para a realização de cursos e seminários descentralizados, nos estados e regiões.

Os cursos propostos devem oferecer a formação mínima obrigatória para os/as dirigentes da AE.

A Escola de Quadros será responsável, ainda, por organizar ou apoiar a organização de seminários sobre temas específicos ou gerais, tais como: parlamentares e executivos, movimento secundarista, balanço setorial do governo federal, juventude, movimento sindical, capitalismo e meio-ambiente, mulheres, lgbtt, portadores de deficiência, combate ao racismo, reforma urbana, questão agrária.

A Escola de Quadros deverá formar um coletivo de professores/as que possa desenvolver as atividades nos estados, de maneira descentralizada e sob a orientação das direções estaduais, municipais e setoriais.

A atividade da Escola de Quadros deve ser permanente, com uma programação no mínimo semestral.

As atribuições políticas e organizativas referentes à Escola de Quadros e ao conjunto do trabalho de formação da tendência serão de responsabilidade da secretaria nacional de formação política.

Página 13

A AE difunde ou pode difundir suas orientações através de vários mecanismos, entre os quais: o jornal ***Página 13***; as publicações da Editora Página 13; a página www.pagina13.org.br; a publicação periódica de artigos e entrevistas nos meios de comunicação, por parte de nossos dirigentes.

O objetivo do jornal ***Página 13*** é informar o ponto de vista da tendência para dois públicos: a) os e as militantes da AE, que devem ser estimulados a ler e debater seu conteúdo,

para que o jornal sirva como instrumento de orientação política da tendência em nível nacional; b) toda a militância de esquerda que influenciámos politicamente, no Partido, no parlamento, nos governos e nos movimentos sociais.

Para atingir este público, o *Página 13* precisa dispor de meios financeiros, editoriais e de distribuição. Deve construir um projeto editorial e gráfico compatível com os objetivos descritos, além de ter como meta constituir uma equipe composta por um editor profissionalizado, uma equipe de redação voluntária, um conselho editorial político e correspondentes fixos nas diversas frentes de atuação da tendência.

A distribuição do jornal deve ser feita por dois canais diferentes: a) via correio (físico e eletrônico), para os/as assinantes; b) através da distribuição eletrônica e direta feita pelos/as militantes da tendência.

O jornal *Página 13* é uma publicação da Associação de Estudos Página 13. Além do jornal *Página 13* e da www.pagina13.org.br, a Associação de Estudos Página 13 é responsável pela publicação das resoluções, documentos e demais materiais para a divulgação das idéias da tendência, através da Editora Página 13.

A página eletrônica da Articulação de Esquerda (www.pagina13.com.br) é um meio de divulgação das informações públicas de interesse da tendência.

Um dos objetivos da página eletrônica é produzir e oferecer, aos meios de comunicação, artigos opinativos e infor-

mativos de dirigentes da tendência. Neste sentido, a página eletrônica também será uma modesta agência de notícias e funcionará como uma espécie de assessoria de comunicação coletiva da tendência.

As atribuições políticas e organizativas referentes à função editorial da Associação de Estudos Página 13, ao jornal e à página eletrônica ficarão sob a responsabilidade da secretaria nacional de comunicação.

Será constituído um coletivo de comunicação, com vistas a organizar a política de comunicação da tendência em nível nacional e regional. Este coletivo deve incorporar a reflexão sobre a formação de um sistema de comunicação de esquerda estruturado a partir de um jornal de massas.

Organização

Nossa meta permanente é organizar e acompanhar o funcionamento das direções estaduais nos 27 estados do país e das direções municipais nas maiores cidades de cada estado.

Um instrumento para isto é uma rotina de visitas periódicas de dirigentes nacionais. Outro instrumento são os descritos no item Página 13 deste regimento. Um terceiro instrumento são as listas de discussão na internet e outras ferramentas eletrônicas.

Compete à direção da tendência criar e gerenciar as listas de debates na internet. Da LISTA DNAE devem fazer parte os membros da direção nacional. Da LISTA NACIONAL

podem fazer parte todos os militantes da AE que estejam em dia com suas contribuições financeiras.

A lista nacional da AE será reorganizada com base nos seguintes critérios:

1. A inscrição na lista será feita através da página eletrônica da AE;
2. A moderação da lista terá autonomia para suspender da lista, imediatamente, quem não obedecer aos padrões de civilidade e urbanidade. A moderação da lista será de responsabilidade de um integrante da DNAE.

Podem ainda ser criadas LISTAS DE TRABALHO, voltadas para circular informações restritas aos membros de uma determinada instância ou setorial da tendência.

A DNAE poderá instalar fóruns de debates temáticos permanentes ou temporários. A coordenação do(s) fórum(ns) será feita por um membro escolhido pelo DNAE. Os fóruns não possuem caráter deliberativo ou de instância e deverão utilizar ferramentas existentes ou criadas no sítio do Página 13.

As direções estaduais devem adotar procedimento similar nos estados.

Finanças

É tarefa da tesouraria da AE, em todos os níveis, propor, para deliberação da respectiva direção, o orçamento anual. Constituem receitas da AE: a) a contribuição individu-

al, anual e obrigatória de seus/suas militantes; b) a venda de materiais e publicações; c) recursos obtidos através de campanhas especiais de finanças; d) doações, desde que aprovadas pelas respectivas direções da AE.

Cada militante deve realizar uma contribuição financeira anual para a AE nacional. Esta contribuição deve ser feita no mês de dezembro de cada ano. A contribuição garante a cada militante: a) o direito de votar e ser votado; b) receber a carteira do Militante; c) receber o Jornal Página 13. A lista de militantes em dia com a contribuição financeira será divulgada no dia 1 de fevereiro de cada ano.

O valor da contribuição anual será proporcional ao salário do/a militante, sendo que o valor preciso será definido pela direção nacional e atualizado uma vez ao ano. O Valor Mínimo de Contribuição (VMC) será definido anualmente pela Direção Nacional da AE com base nos custos de edição e distribuição do jornal Página 13. Caberá ainda à Direção Nacional da AE estipular o número de assinaturas normais do jornal, ou valor equivalente quando se tratar de venda de outros materiais ou publicações, necessário para cobrir a contribuição individual anual obrigatória dos/das militantes desempregados ou sem renda.

Militantes desempregados/as ou sem fonte de renda poderão pagar sua contribuição através da venda de materiais da tendência ou através da venda de assinaturas normais (não militantes) do jornal Página 13. É vedado, sob qualquer hipótese e a qualquer pretexto, o pagamento coletivo de contribuições.

As direções estaduais e municipais da AE têm autonomia para estabelecer sua política de finanças complementar, observando a progressividade e a necessidade de criar uma cultura permanente de contribuição financeira militante. Tais políticas complementares não incidirão sobre a condição de militante dos membros da AE.

De cada real recolhido pela tesouraria nacional a título de pagamento da contribuição anual obrigatória dos/das militantes, 60% ficará com a instância nacional e 40% serão revertidos para a direção estadual e municipal correspondentes à atuação do militante que fez o pagamento, na proporção de 50% para cada instância.

O critério de redistribuição dos recursos auferidos mencionado acima é válido apenas para as contribuições militantes cujo salário base seja maior que um salário mínimo. Os recursos arrecadados com base no Valor Mínimo de Contribuição (VMC) ficarão integralmente com a tesouraria da DNAE.

Nas Conferências e Congressos da AE, haverá um relatório da direção que encerra o seu mandato. No caso da Tesouraria, haverá um relatório específico, feito por um colegiado composto pelos tesoureiros estaduais, que devem se reunir na véspera do Congresso/Conferência, para elaborar o relatório.

A trajetória da AE

A história da Articulação de Esquerda é um aspecto da história do próprio PT.

No período 1980-1989, de luta contra a ditadura militar e contra a “transição conservadora para a democracia”, o PT foi hegemônico por uma tendência denominada Articulação, originalmente denominada Articulação dos 113 (devido a um documento com este número de assinaturas).

No período seguinte (1990-2002), de oposição aos governos neoliberais, há um realinhamento das tendências petistas. Como parte deste realinhamento, ocorre uma cisão na Articulação, surgindo a “Unidade na Luta” e a “Articulação de Esquerda”.

A Articulação de Esquerda foi fundada oficialmente nos dias 18 e 19 de setembro de 1993. Portanto, em 2011 comemoramos 18 anos de vida.

Contribuíram para a criação da Articulação de Esquerda:

1) os debates realizados no interior do PT, especialmente no período entre 1990 e 1993, quando se constituíram, em âmbito nacional, inclusive dentro da Articulação dos 113, dois grandes blocos dentro do Partido (os “moderados” e os “radicais”);

2) os debates ocorridos durante o 8º Encontro do PT (agosto de 1993), tanto nos encontros estaduais quanto no encontro nacional. Um marco destes debates foi o lançamento do Manifesto “A hora da verdade”, no dia 4 de fevereiro de 1993.

A história da AE (1993-2011) pode ser dividida em quadro grandes momentos:

1)1993-1995, quando dirigimos a maioria do Diretório Nacional do PT;

2)1995-2005, durante o qual nos opusemos, pela esquerda, ao chamado “Campo Majoritário”;

3)2005-2007, em que nenhuma tendência ou campo era isoladamente majoritário no Diretório Nacional do PT. Apesar de minoritária, a Articulação de Esquerda alcança uma influência importante;

4) finalmente, o momento atual (2007-2011), em que tentam constituir um “grupo majoritário” na direção nacional, primeiro em torno de uma aliança CNB/Mensagem, depois em torno de uma aliança CNB/Novos Rumos/PT de Luta e Massa. Nesta fase, a Articulação de Esquerda não faz parte do bloco hegemônico no Diretório Nacional.

O primeiro momento: 1993-1995

A Articulação de Esquerda surge com o propósito assumido de combater a domesticação do PT, ou seja, tentar impedir que a existência de uma nova situação histórica --marcada pela crise do socialismo, pela hegemonia neoliberal e pela transformação do PT em alternativa presidencial-- levasse a maioria do Partido a abandonar o núcleo fundamental das formulações originais do petismo: partido da classe trabalhadora, com ampla democracia interna, com uma estrutura de massas e de quadros, dotado de uma estratégia democrático-popular e socialista, combinando luta social e disputa eleitoral.

Este momento inicial (1990-1995) pode ser dividido em três fases:

1990 até 1993

A cúpula da Articulação dos 113 decide “girar para a direita”. Tem como aliado dois setores provenientes da antiga esquerda petista: a Nova Esquerda (ex-Partido Revolucionário Comunista) e setores da antiga Vertente Socialista (ex-Poder Popular e Socialismo). Este “giro para a direita” se materializa numa oposição inicial ao Fora Collor, numa tentativa de restringir o Fora Collor a temas éticos, num apoio de fato ao governo Itamar e na defesa do parlamentarismo. Estas posições são derrotadas amplamente na base do Partido. O exemplo maior disso foi o plebiscito sobre sistema de governo: 70% da direção defendia o parlamentarismo, 70% da base votou pelo presidencialismo. Internamente, o “giro para a direita” se traduz na tentativa de compor um “campo” para dirigir o Partido, unindo a Articulação com outros setores. Isto fica evidente durante o Primeiro Congresso do PT, quando a Articulação se divide publicamente em diversas votações, uma das quais é simbólica: a legitimidade da violência revolucionária.

1993-1995

Como reação ao giro à direita da cúpula da Articulação dos 113, um setor daquela tendência constitui a “esquerda da Articulação”, que se agrupa ao redor de um texto conhecido como “Manifesto A hora da verdade”. Por causa do nome do Manifesto, em muitos estados fomos durante certo tempo conhecidos como “HV”, mesmo depois da criação formal da AE, em setembro de 1993.

No 8º Encontro Nacional (agosto de 1993), em aliança com a DS e outros setores, a esquerda da Articulação lança a chapa “Opção de Esquerda”. Esta chapa, mais a chapa “Na luta PT”, tem maioria absoluta no Diretório Nacional. Lula é eleito presidente nacional do PT, por fora das chapas. Rui Falcão, então principal dirigente do que logo mais seria chamado de AE, é eleito vice-presidente nacional e assumirá a presidência no 9º Encontro Nacional do PT, em 1994, quando Lula se licencia para ser candidato à Presidência da República.

A maioria de esquerda existente no Diretório Nacional do PT consegue impedir que a bancada do Partido na Câmara dos Deputados embarque na revisão constitucional ampla proposta pelos partidos de direita. Mas, ao mesmo tempo, tem muitas dificuldades e apresenta enormes contradições na condução da campanha presidencial de 1994. Na verdade, a imensa maioria do PT foi surpreendida pelo Plano Real e pela força da candidatura FHC. Mas, no momento do balanço, a fatura pela derrota foi cobrada da maioria de esquerda.

1995

No encontro nacional do PT realizado em Guarapari, confrontam-se duas chapas. Uma, denominada Socialismo ou Barbárie, reúne a antiga maioria de esquerda (Opção de Esquerda e Na luta PT). A outra chapa, encabeçada por José Dirceu e apoiada por Lula, expressa as posições da direita da Articulação e de seus aliados. A tese apresentada pelos “moderados” ganha por apenas 2 votos de vantagem. Dirceu e sua chapa também são vitoriosos, mas por peque-

na margem: 16 votos. E mesmo esta pequena diferença só foi possível porque Dirceu recebe o apoio de setores e dirigentes que até então participavam da Articulação de Esquerda, tais como Rui Falcão, Cândido Vaccarezza, Sílvio Pereira e outros.

O segundo momento: 1995-2005

A maioria do Diretório Nacional eleito no Encontro de Guarapari (ES) elege Cândido Vaccarezza, ex-militante da AE, como secretário-geral do Partido.

Em protesto contra este desrespeito à proporcionalidade, os 49% minoritários retiram-se durante várias semanas da composição da executiva. Paradoxalmente, este gesto de protesto deixa o campo livre para que a nova maioria moderada se instale livremente e estabeleça seu controle sobre a direção partidária, abrindo um período de hegemonia que vai se estender até 2005.

Portanto, a partir de 1995 se instalou no partido uma maioria em torno de uma política que podemos sintetizar assim: “alianças da esquerda com o centro, em torno de um programa alternativo ao neoliberalismo, visando conquistar o governo federal”.

De 1995 a 2002, esta maioria foi hegemonizando o partido, às vezes por meios legítimos, outras vezes adotando métodos condenáveis (como é o caso da intervenção no Rio de Janeiro, para obrigar o PT a apoiar a candidatura de Garotinho).

Note-se que a intervenção no PT do estado do Rio de Janeiro foi feita a pretexto de garantir o apoio de Brizola à candidatura Lula. Em certa medida, foi a esquerda petista, no Encontro realizado no Hotel Glória, em 1997, quem mais estimulou aquela candidatura Lula, que historicamente foi essencial para manter o fio da meada que nos levaria, em 2002, a vencer a eleição.

O fato isolado mais importante deste processo de hegemonização do Partido por uma nova maioria foi o Segundo Congresso do PT, realizado em Belo Horizonte, quando se adotou a eleição direta para direções partidárias, método que esvazia os encontros e tende a reforçar o peso dos filiados, em detrimento dos militantes. Mesmo assim e como sempre na história do Partido, o setor moderado passou por apuros e teve que se desdobrar para que não fosse aprovada uma resolução simpática à palavra de ordem Fora FHC.

Durante 1995-2002, a Articulação de Esquerda buscou unir a esquerda petista, para resistir e derrotar a maioria moderada.

Além da AE, esta esquerda petista era composta por diversas tendências e indivíduos, com destaque para duas tendências: a Democracia Socialista e a Força Socialista. Grande parte das polêmicas existentes no interior da AE, nestes sete anos, disse respeito exatamente ao que podemos denominar “política de alianças da AE”.

Esta polêmica esteve na base de duas importantes rupturas sofridas pela tendência neste período:

-em 1997, a saída de Arlindo Chinaglia e seu grupo, que não concordaram com a criação do setorial sindical da Articulação de Esquerda. Chinaglia defendia que a AE se-guisse participando da Articulação Sindical;

-em 2002, a saída de um grupo de militantes da AE, que criaram uma tendência chamada Pólo Socialista.

Ao mesmo tempo, a Articulação de Esquerda viveu uma luta interna e externa contra os defensores da chamada Consulta Popular, impulsionada a partir de 1996 por militantes petistas descontentes com os rumos do Partido e adeptos de uma estratégia que, em nossa opinião, subestimou o papel da luta eleitoral e institucional num país como o Brasil. Desta estratégia, decorria um afastamento da militância direta no PT, contribuindo, assim, para o enfraquecimento da esquerda petista, ainda que parte dos companheiros e companheiras da Consulta permaneça formalmente filiada, e/ou militem, em períodos eleitorais, a favor de candidaturas petistas.

A eleição de Lula, em 2002, é apresentada pelo setor moderado do partido como a confirmação do acerto de sua estratégia de centro-esquerda. A realidade é muito mais complexa do que isto; mas, do ponto de vista prático, o setor moderado foi mais exitoso em se apropriar, ideológica e estruturalmente, daquela vitória construída coletivamente.

Como resultado, as três principais tendências da esquerda petista viveram então uma dura luta interna, protagonizada por setores que defendiam (com maior ou menor nitidez) uma tática de oposição ao governo Lula e, no limite, uma postura de ruptura com o PT.

Esta luta interna às tendências da esquerda combinava-se com a luta interna no PT, especialmente na bancada na Câmara dos Deputados; bem como com os conflitos no interior de outros setores do PT e do governo. No centro destes conflitos, estava a política hegemônica no governo e apoiada, mesmo que a crescente contragosto, por setores importantes da maioria do partido, de conciliação com o neoliberalismo, propugnada e implementada fundamentalmente pelo então ministro Antonio Palocci.

A Articulação de Esquerda caracterizou o governo Lula e enfrentou o debate acima citado em três momentos: na V Conferência realizada em novembro/dezembro de 2002; na VI Conferência realizada em duas etapas no ano de 2003 (setembro, em Campinas; novembro, em Belo Horizonte); e, finalmente, na VII Conferência da AE, realizada em dezembro de 2004, em São Bernardo do Campo (SP).

Nesta sétima Conferência, um setor rompe com a tendência. Parte sai imediatamente do PT; outra parte sai após o PED de 2005, tendo como destino o PCB, o PSOL ou a militância sem-partido. O motivo da ruptura, como está claro, é a avaliação feita por eles acerca do governo Lula e do PT.

No caso da DS, um setor rompe com o PT já no final de 2003, início de 2004, tendo como catalisador a expulsão de Heloísa Helena. No mesmo período, saem do PT duas tendências: o MES (Movimento de Esquerda Socialista) e a CST (Corrente Socialista dos Trabalhadores), logo após a expulsão de Luciana Genro e Babá. No mesmo momento, saem Milton Temer, Leandro Konder e Carlos Nelson

Coutinho, oriundos do antigo PCB. O destino de todos eles será formar um novo partido, o PSOL.

Os que vão para o PSOL coincidem na idéia de que o PT já se esgotara como projeto socialista. Mais ou menos a mesma avaliação feita, em 1990, pela antiga Convergência Socialista, que após sua expulsão do PT cria o PSTU.

O terceiro momento: 2005-2007

No início, a crise de 2005 parecia mesmo dar razão às posições do PSOL. Muita gente, dentro e fora do PT, inclusive altos dirigentes e lideranças públicas, acharam que o PT estava liquidado. Mas a reação da militância petista (que comparece em massa ao PED de 2005) e os medos da burguesia brasileira (que não apostou no *impeachment* de Lula, confiando que recuperaria “pacificamente” a presidência em 2006) viraram o jogo.

A esquerda petista não conseguiu unificar-se no PED de 2005. Em parte por diferenças legítimas, em parte por pretensões e ilusões hegemônicas dentro da própria esquerda, em parte antecipando movimentos futuros, a esquerda petista dividiu-se em várias chapas e candidaturas presidenciais.

Eleitoralmente, esta divisão ajudou a derrotar o campo majoritário no primeiro turno do PED de 2005. Pois mais candidatos criticaram e mais alternativas foram apresentadas. Matematicamente, a esquerda tinha condições de eleger o presidente do partido no segundo turno. Mas, exatamente neste momento, uma parte da esquerda decidiu sair do PT.

Foi o caso da Força Socialista. Logo após o primeiro turno do PED, esta tendência sai do PT. Plínio de Arruda Sampaio e outros setores integrantes de sua chapa fazem o mesmo. Tomado isoladamente, este foi o principal fator que impediu a vitória da esquerda, no segundo turno do PED de 2005.

A Articulação de Esquerda tem um bom desempenho político no PED de 2005, possibilitado em grande medida pelo acerto das resoluções aprovadas na VII Conferência Nacional, realizada em dezembro de 2004, que permitiu que tivéssemos um discurso capaz de criticar os setores moderados do Partido e a linha hegemônica no governo, ao mesmo tempo em que defendíamos o PT e o governo dos ataques da direita.

Nosso desempenho político e numérico no PED ajudou que tivéssemos uma influência importante no Diretório aliado eleito, sob cuja direção se realizou a campanha presidencial de 2006.

A rigor, no período 2005-2007, nenhuma tendência ou campo era isoladamente majoritário na direção. E a Articulação de Esquerda jogou um papel superior ao seu tamanho.

O momento atual: 2007-2011

Neste momento, tem curso a tentativa de reconstituir um “grupo majoritário” na direção nacional do PT, primeiro em torno de uma aliança CNB/Mensagem, depois em torno de uma aliança CNB/Novos Rumos/PT de Luta e de Massa.

Este momento pode ser dividido nas seguintes fases: a) o PED 2007; b) do PED 2007 ao PED 2009; c) do PED 2009 até hoje.

Vejamos as características de cada fase, no que diz respeito à AE.

No PED de 2007, a Articulação de Esquerda teve o mesmo desempenho eleitoral de 2005, mas com um desempenho político inferior ao de 2005. Isto se deveu, no fundamental, a quatro motivos:

*a saída da Força Socialista e aliados do PT ocorreu após o primeiro turno do PED de 2005. Isto quer dizer que as vagas eleitas com seus votos foram ocupadas por pessoas de sua própria chapa, que haviam decidido permanecer no PT. Mas no PED de 2007, aqueles milhares de votos não existiam mais;

*a mudança da DS, que opta por “virar ao centro”, buscando compor uma nova tendência com egressos do antigo Campo Majoritário. A tática não tem êxito eleitoral: enquanto Raul Pont, representando a DS, havia ficado em segundo lugar em 2005, José Eduardo Cardozo, candidato da Mensagem/DS, termina em terceiro lugar em 2007;

*a recuperação da “Construindo um novo Brasil”, que capitaliza no PED 2007 o êxito do partido na reeleição de 2006, bem como a inflexão à esquerda do segundo mandato de Lula, o que neutralizou parte das críticas da esquerda petista;

*a incapacidade da Articulação de Esquerda de reunir, em uma só chapa, o restante das tendências de esquerda. Isto deveu-se, em parte, a posturas sectárias de setores que em 2005 haviam integrado a chapa de Plínio e que não aceitaram compor uma chapa encabeçada pela AE. Mas se deveu, também, a erros cometidos pela própria AE.

Apesar de não ter obtido êxito eleitoral, a tática da Mensagem se materializou num “acordo de direção” com a chapa “Construindo um Novo Brasil”. Graças a isto, Cardozo, apesar de ter encabeçado a chapa que ficou em terceiro lugar no PED, torna-se secretário-geral, desbancando Jilmar Tatto, encabeçador da segunda chapa.

A direção eleita pelo PED 2007 teve como tarefas centrais conduzir o partido nas eleições municipais de 2008 e na escolha da candidatura presidencial de 2009.

Os resultados obtidos pela direção nestas duas tarefas são contraditórios.

O PT não obtém uma vitória nas eleições municipais de 2008; e a direção nacional do Partido sofre uma derrota estratégica em Belo Horizonte, onde se impôs uma aliança de fato entre o PT de Pimentel e o PSDB de Aécio Neves.

O PT também não é fator decisivo na escolha da candidatura às eleições presidenciais de 2010, fato que pesará bastante no momento seguinte, em que o partido enquanto tal cumpre papel secundário, apesar de formalmente estar bem representado no comando da campanha.

Mesmo assim, o giro à esquerda do governo Lula, iniciado com o PAC e aprofundado nos anos seguintes, havia neutralizado parte das críticas da esquerda, pois ao romper com o dogma da “estabilização financeira a qualquer custo”, foi capaz de enfrentar com relativo sucesso os efeitos da crise mundial que se abriu em 2008.

Naturalmente, Lula, seu círculo mais próximo, bem como a CNB e outros segmentos do partido, é que capitalizam melhor o fato de o governo estar implementando, ao menos em parte, políticas similares àquelas defendidas, antes, pela esquerda petista.

Isso se refletirá no PED 2009, de três maneiras principais:

- o crescimento do número de votantes, que beneficiou de maneira desproporcional a chapa da CNB, vista como a chapa autenticamente “governista”;

- o reagrupamento, numa única chapa, de quase todos os antigos integrantes do finado campo majoritário.

Vale lembrar que lideranças importantes da CNB argumentaram (em 2007) motivos éticos para negar, a Jilmar Tatto, a secretaria-geral. Um dos efeitos colaterais disso foi a campanha, encabeçada por Tatto e aliados, para antecipar o próximo PED (que poderia ser realizado em 2010 ou 2011, mas acabou antecipado para 2009). Como sabemos, no PED 2009, Tatto, Vaccarezza e outros estariam na mesma chapa que a CNB.

-a redução do interesse e o empobrecimento do debate político no PED.

Isto tudo cria um cenário muito difícil para a Articulação de Esquerda. Mesmo conseguindo montar uma chapa com outros setores da esquerda, reduziu-se nossa participação proporcional no Diretório Nacional. A chapa encabeçada por José Eduardo Dutra vence o PED 2009 já no primeiro turno.

Paradoxalmente, a existência de uma nova maioria não é acompanhada da constituição de uma nova hegemonia.

Por um lado, a escolha de Dilma como sucessora de Lula tornou mais complexa e de certa forma mais confusa a dinâmica interna do poder no PT.

Por outro lado, o PT não conseguiu resolver, nem mesmo debater a contento, alguns obstáculos que, se não forem removidos, tornam inviável a médio prazo a estratégia de “ser governo para ser poder”. Nos referimos, aqui, especialmente à ausência de reforma política, reforma tributária, democratização da comunicação etc.

Ambas as coisas fazem com que no PT de hoje exista uma maioria, mas ainda não exista uma hegemonia capaz de enfrentar e superar com êxito os problemas estratégicos vividos pelo partido, mesmo porque há no interior desta “maioria” um evidente desacordo em torno de quais sejam estes problemas estratégicos, além daqueles que nem sequer colocam o problema nestes termos.

É neste cenário que a AE se movimenta, hoje.

Uma síntese

Nossa tendência possui 18 anos de vida. Estamos presentes, nem sempre da maneira mais organizada, em 26 estados brasileiros (as exceções são Roraima e Acre). Atuamos e influenciamos diversos movimentos sociais (sindical, estudantil, educação, mulheres, LGBT, portadores de deficiência, combate ao racismo, do campo etc.). Estamos presentes em prefeituras, governos estaduais e no governo federal, assim como temos parlamentares nos três níveis. Na frente internacional, influenciamos os debates e a construção de alternativas de esquerda, especialmente a latino-americana. Participamos ativamente do PED, em 2001, 2005, 2007 e 2009. Mantemos um jornal mensal, realizamos jornadas semestrais de formação política e buscamos participar do debate de idéias, tanto no PT quanto no conjunto da esquerda brasileira e internacional.

Nosso peso no PT, nos parlamentos, executivos e movimentos sociais é, hoje, proporcionalmente menor do que em 1993, com exceções como a do movimento sindical.

Por outro lado, hoje estamos mais conscientes dos desafios programáticos, estratégicos e táticos da esquerda brasileira e mundial.

Neste cenário, trabalhamos para ampliar nossa força e presença na vida partidária, nas disputas eleitorais, na ação institucional, nas lutas sociais, distintas dimensões da luta de classes.

Isto porque seguimos acreditando, como em 1993, que as opções da AE, da esquerda petista, do conjunto do Partido dos Trabalhadores e da esquerda política e social brasileira, bem como dos povos da América Latina, jogam um papel muito importante na luta pelo socialismo.



